

## ACOMPANHAMENTO E DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES E POLÍTICAS EUROPEIAS

### Agenda Europeia Nº 13\_DESTAQUES DO EAPN FLASH Jan 2018 / Março 2018

#### REUNIÕES

- ✓ Nos dias **8, 9 e 10 de março** realizou-se em Belgrado a **reunião do Grupo Estratégico da Inclusão** (EU ISG) (participou Paula Cruz, do Departamento de investigação e projetos). Destaca-se como um dos momentos relevantes desta reunião a apresentação numa Conferência de Imprensa do **relatório: “Género e Pobreza na Europa”**. Este relatório resulta de um grupo de trabalho informal da EAPN Europa coordenado pela EAPN Espanha, EAPN Itália e EAPN Sérvia. A EAPN Portugal, da Finlândia e da Estónia são membros do grupo. O objetivo do grupo de trabalho passa por informar a sociedade sobre as questões do género, trazer o assunto para dentro da própria EAPN, e também apresentar algumas preocupações e recomendações nestas áreas.

- ✓ Nos dias **23 e 24 de Março** decorreu em **Oviedo** a primeira reunião do **Comité Executivo (EXCO)** da EAPN Europa (participou Sérgio Aires). O EXCO foi recebido oficialmente nesta cidade por parte da *Junta General del Principado de Asturias*. A situação social da Europa em matéria de luta contra a pobreza e o Pilar Europeu dos Direitos Sociais estiveram no centro das reflexões com o Governo regional.



Receção nas Astúrias\_foto eapn espanha

- ✓ No dia **15 de Março** decorreu em Viena a **reunião de Coordenadores para a preparação do Encontro Europeu de Pessoas em situação de Pobreza 2018**. Nesta reunião esteve presente Cidália Barriga atual coordenadora nacional do encontro e representante da EAPN Portugal.

Esta reunião teve como principal objetivo avaliar o encontro de 2017 que foi dedicado ao trabalho digno e preparar o deste ano.

Reunião de coordenadores

Foto: eapn europa



- ✓ A EAPN Portugal e a EAPN Europa participaram no evento que a Representação Portuguesa da Comissão Europeia realizou a 16 de março último a propósito do **Pilar Europeu dos direitos sociais: os objetivos da União Europeia para a redução da pobreza e as barreiras no acesso ao emprego**. Sérgio Aires participou na qualidade de orador enquanto Presidente da EAPN Europa e Paula Cruz representou o Departamento de investigação e projetos.

Para fazer o download das comunicações:

[https://ec.europa.eu/portugal/events/european-pilar-social-rights-poverty-targets-barriers-employment\\_pt](https://ec.europa.eu/portugal/events/european-pilar-social-rights-poverty-targets-barriers-employment_pt)

- ✓ No dia 22 de Março a Representação da Comissão Europeia em Portugal realizou **sessões de Trabalho sobre o Relatório por País (Country Report) para Portugal 2018**. As sessões foram dedicadas ao setor financeiro, ao mercado de trabalho e às áreas sociais. Da parte da EAPN Portugal estiveram presentes na **sessão dedicada aos assuntos sociais** (Capítulo 4 do Country Report), Paula Cruz (D. de Investigação e Projetos e Grupo EUISG) e Graça Lourenço (Projeto RE-INVEST e Projeto CLICK).

Para fazer o download das comunicações:

[https://ec.europa.eu/portugal/events/reform-delivery-tool-workshop-portugal\\_pt](https://ec.europa.eu/portugal/events/reform-delivery-tool-workshop-portugal_pt)



## ✓ **Mesa redonda sobre o futuro do trabalho**

Por que trabalhamos e como o trabalho nos dá sentido? Como podem os valores europeus de justiça, dignidade e solidariedade ser realizados num mundo em mudança? Até que ponto as estruturas de governança de longa data, como sistemas de seguridade social e leis trabalhistas, exigem atualização? Realizada em 5 de fevereiro de 2018, a Mesa Redonda Aberta do EGE (Grupo Europeu de Ética em Ciência e Novas Tecnologias) reuniu uma ampla gama de partes interessadas de todos os setores da sociedade, incluindo especialistas acadêmicos, organizações internacionais, indústria, sindicatos e ONGs. Amana Ferro (Diretora de Política Sênior da EAPN) apresentou as principais mensagens da EAPN:

- Melhores pesquisas sobre novas formas de trabalho, levando em conta mudanças sociais, societárias, culturais, de saúde e distributivas – que possam ir além dos dados quantitativos, para que se possa entender o impacto real na vida das pessoas.
- Intensificar a qualidade do trabalho e das disposições contratuais, travando a proliferação de formas inseguras e instáveis de emprego, incluindo o trabalho independente, empregos atípicos, de zero horas, mini-empregos, involuntários a tempo parcial e a curto prazo.
- Investir numa proteção social abrangente e adequada para todos, como um pré-requisito essencial para combater a pobreza e a exclusão social, protegendo todos os riscos contra todo o ciclo de vida, em níveis que permitam vidas dignas.
- Acabar com a ativação punitiva empurrando as pessoas para empregos insustentáveis, restringindo as abordagens punitivas, prejudicadas pela condicionalidade e sanções, e favorecendo caminhos positivos e integrados para o emprego, em linha com a estratégia da Inclusão Ativa.
- Combater a exclusão digital e melhorar a aprendizagem ao longo da vida, melhorando os esforços na inclusão digital, especialmente para aqueles que vivem em situação de pobreza e pessoas com pouca qualificação, para que não sejam deixados para trás pela revolução tecnológica, inclusive no acesso a bens e serviços.
- Apostar no diálogo social e civil para soluções políticas baseadas em evidências, pois as organizações da sociedade civil que trabalham com os desempregados, os que riem o próprio emprego e os que vivem em situação de pobreza e exclusão são um poderoso aliado, junto com os sindicatos.

- ✓ **O Conselho Europeu da Primavera** (21 e 22 de março) centrou-se sobretudo em assuntos económicos, em especial no comércio. Os Chefes de Estado ou de Governo também analisaram uma série de outras questões prementes, incluindo o ataque a Salisbury, a Turquia, os Balcãs Ocidentais e a tributação. No âmbito do Semestre Europeu - o processo anual de coordenação das políticas económicas da UE -, os líderes aprovaram as prioridades políticas para 2018. Espera-se



que os Estados-Membros tenham em conta estas prioridades aquando da implementação das reformas nacionais (PNR).

O Conselho Europeu adotou as conclusões sobre a implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Este será monitorizado tendo em conta as competências respetivas da UE e dos Estados Membros.

Os dirigentes da UE abordaram as iniciativas apresentadas pela Comissão no âmbito do pacote relativo à justiça social, incluindo a proposta de criação de uma Autoridade Europeia do Trabalho. Estes encarregaram o Conselho de examinar o pacote de justiça social.

## PROJETOS

- ✓ No dia 27 de fevereiro decorreu em Bruxelas a **3ª reunião transnacional do Projeto EMIN** com o objetivo de fazer o ponto da situação do projeto e ultimar algum do trabalho já realizado para a Viagem do Autocarro EMIN que se inicia no próximo dia 24 de Abril e irá percorrer 32 países. **Em Portugal o Autocarro EMIN estará presente no Porto entre os dias 5 e 7 de Maio e em Lisboa entre os dias 8 e 9 de Maio.**

Blog do Projeto EMIN: <https://emin-eu.net/>

Blog do Autocarro EMIN: <http://eminbus.eu>

- ✓ Nos dias 13 e 14 de março decorreu em Helsínquia a reunião de pares sobre o **Rendimento Mínimo e Inclusão Ativa do projeto EMIN** onde participaram os seguintes países: Bélgica, Bulgária, Croácia, Finlândia, Portugal, Reino Unido, Espanha e Estónia. Nesta reunião Portugal foi representado por: Sandra Araújo, Diretora Executiva da EAPN Portugal, Carlos Farinha Rodrigues, investigador do ISEG-UTL e Rute Guerra, do Gabinete de Estudos e Planeamento do MTSSS.



Para mais informações sobre o Projeto:

<https://www.eapn.pt/projeto/203/projeto-emin-ii-european-minimum-income-network-ii>

## PUBLICAÇÕES

- ✓ A 7 de março foi publicado pela Comissão Europeia o [Country Report relativo a Portugal](#) sobre o qual a EAPN Portugal emitiu um parecer que foi enviado para a EAPN Europa. O relatório está disponível em Português e pode ser consultado na página da Comissão Europeia.
- ✓ O relatório [Género e Pobreza na Europa](#) apresentado em Março em Belgrado. O relatório destaca quais são as causas dos maiores riscos de pobreza entre as mulheres; o que é a discriminação de género, o que a UE tem vindo a fazer no combate à pobreza numa perspetiva de género, e alguns testemunhos, boas práticas e recomendações para mudanças ao nível da UE, Governos nacionais e locais, instituições, empresas e na área da educação.
- ✓ A Comissão Europeia tomou iniciativas concretas no âmbito do Pilar Europeu dos Direitos Sociais ao apresentar a 13 de Março o **Pacote de Investimento Social (Social Fairness Package)**. Mais especificamente a Comissão apresentou a sua proposta para a criação de uma **Autoridade Europeia do trabalho** bem como uma **Iniciativa para assegurar o acesso à proteção social para todos os trabalhadores e empregados por conta própria**. Estas Iniciativas foram acompanhadas por uma **Comunicação sobre a monitorização da implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais**.

Para melhor perceber estes documentos a EAPN Europa publicou um documento no qual faz a análise dos aspetos positivos e aspetos negativos/lacunas do Social Fairness Package. Este [Briefing](#) pode ser consultado na página da EAPN Portugal.

- ✓ Foi publicado em março o [relatório intermédio de avaliação do FEAD/FEAC \(Fundo Europeu de apoio às pessoas mais carenciadas\)](#). O FEAD é implementado ao nível nacional pelo PO APMC.
- ✓ A EAPN Europa apresentou a sua análise – [Getting Results on Poverty and the Social Pillar? EAPN response to the Annual Growth Survey Package 2018](#) - da Análise Anual de Crescimento e do Relatório Conjunto do Emprego. Esta análise vem no seguimento da carta enviada ao Presidente Juncker, apresentando a proposta da EAPN para o Relatório de 2018 e que é baseada na análise feita pelos membros da EAPN Europa aos Relatórios Nacionais de 2017. Seguindo o lançamento da Análise Anual de Crescimento em Novembro a EAPN publicou logo um Press Release: [Participation is key to making Social Rights a 'compass' for the EU](#). **A 22 de novembro de 2017 a Comissão europeia adotou o Pacote de Outono incluindo** o Projeto de Relatório Conjunto sobre o Emprego, e uma proposta de alteração das Orientações para o Emprego, de forma a alinhá-lo com o Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

A principal mensagem da Análise Anual do Crescimento 2018 é que a UE está a mostrar sinais positivos de recuperação e que as reformas estruturais produziram resultados tangíveis, permitindo uma oportunidade para melhorar o crescimento e o emprego, promovendo a



convergência económica e social. Diz-se que o Pilar dos Direitos Sociais está totalmente integrado, focado nas competências, oportunidades iguais no mercado de trabalho, condições de trabalho justas, aumento da produtividade do trabalho para apoiar o crescimento salarial e uma proteção social adequada e sustentável. Destina-se a ser uma "bússola" para o Semestre. Contudo, como as 3 prioridades permanecem praticamente inalteradas em relação aos anos anteriores - 1) aumentar o investimento, 2) prosseguir as reformas estruturais e 3) assegurar políticas orçamentais responsáveis - sem mencionar as metas da Estratégia Europa 2020, incluindo a redução da pobreza, são levantadas preocupações sobre até que ponto as políticas económicas serão adaptadas para "colocar os direitos sociais em primeiro lugar", ou se a UE continuará a dar prioridade ao crescimento, contando com o "trickle-down" para promover os direitos sociais e a inclusão, apesar de fortes evidências do fracasso desta abordagem.

#### **A EAPN insiste em 5 prioridades para a ação:**

1. Garantir que as políticas macroeconómicas sejam coerentes com os direitos sociais
2. Estabelecer um roteiro com financiamento da UE para implementar o Pilar Social e reduzir a pobreza
3. Dar igual peso ao rendimento mínimo adequado e à proteção social como um direito, garantindo financiamento adequado
4. Promover empregos de qualidade, como parte de abordagens integradas de inclusão ativa
5. Tornar a Sociedade Civil parceira igual no Semestre!

✓ **A EAPN Europa** apresentou a sua **resposta à consulta da Comissão europeia ao acesso à proteção social para todos os Trabalhadores**. Na sua análise a EAPN congratula-se com a proposta, que deriva do reconhecimento explícito de que os direitos e obrigações associados à proteção social foram insuficientemente desenvolvidos para pessoas que trabalham por conta própria ou que não têm emprego normal. Na sua resposta à consulta pública (encerrada em 15 de janeiro), a EAPN destaca os seguintes aspetos cruciais:

- A proteção social não deve ser restrita àqueles que trabalham, mas cobrir os riscos de todo o ciclo de vida, independentemente do status de emprego. A proteção social adequada para todos, proporcionando vidas dignas tanto para quem pode e não pode trabalhar, é a pedra angular de uma Europa inclusiva, livre de pobreza, como também de uma recuperação sustentável, de acordo com os princípios EPSR.

- Esta iniciativa não deve implicitamente encorajar uma cultura de empregador quando contratos inseguros proliferam, nem um mercado de trabalho altamente segmentado onde o trabalho instável é a norma. Apesar de reforçar a segurança de renda e fornecer cobertura adequada para todos os trabalhadores, e particularmente aqueles em empregos precários, é crucial a qualidade e



a sustentabilidade do trabalho e do emprego, contratos estáveis e pagamento adequado e contribuições para a previdência social.

- A responsabilidade de fornecer proteção social adequada está nas relações contratuais e no estado de bem-estar social. A EAPN denuncia qualquer tentativa de transferir a responsabilidade para o indivíduo ou de avançar para um sistema de seguro privado de proteção social. Benefícios como saúde e cuidados familiares devem ser redistributivos, não contributivos.

- A cobertura por previdência social adequada deve ser obrigatória. Conforme identificado no documento de referência, a falta de informações sobre os direitos, ou a dificuldade em lidar com as fitas vermelhas associadas, são fortes impedimentos na redistribuição de direitos e recursos. Todos os trabalhadores, independentemente do tipo de acordo contratual ou de outra distinção, devem beneficiar dos mesmos direitos e direitos de emprego portáteis e cobertura obrigatória através de proteção social adequada.

- Nenhum trade-off entre cobertura e adequação. Ao mesmo tempo em que se esforça para não deixar ninguém para trás, todos os benefícios devem ser estabelecidos a um nível que proporcione aos beneficiários e suas famílias uma vida digna, evitando uma situação em que o fornecimento de mais pessoas resulte em níveis mais baixos de apoio à renda.

\*\*\*\*\*